

TERMO DE CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA Nº. 281 /2015, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DA PARAÍBA, MEDIANTE A SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (SEE/PB) E O CONSELHO ESCOLAR DA(O) EEEFM PROFESSORA ADILINA DE SOUZA DINIZ COM O INTUITO DE SUPLEMENTAR O FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, EM CONFORMIDADE COM A LEI 8.666/93 E A LEI 11.947/09 E DECRETO ESTADUAL 33.8884/2013 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES.

O **ESTADO DA PARAÍBA**, pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio da **SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO (SEE/PB)**, situada na Avenida João da Mata, S/N, Bloco I, 6º andar, Centro Administrativo do Estado, Jaguaribe, João Pessoa – PB, CNPJ nº. 08.778.250/0001-69, representado por seu Secretário, o Sr. **ALÉSSIO TRINDADE DE BARROS**, brasileiro, casado, portador de RG nº 114.636-8 SSP/PB, inscrito no CPF nº 601.796.274-49, residente e domiciliado no Município de João Pessoa – PB, doravante denominado de **CONCEDENTE** e o **CONSELHO ESCOLAR DA(O) EEEFM PROFESSORA ADILINA DE SOUZA DINIZ** com sede administrativa na R POSSIDÔNIO JOSE DA COSTA, 393, no município de DIAMANTE, inscrito no CNPJ sob o nº 09.571.958/0001-07, neste ato representado por seu Presidente, **JOSE GERALDO FERREIRA MENDES**, portador do RG 764.337 SSP/PB, inscrito sob o CPF de nº 263.777.994-20, residente e domiciliado à RUA SÃO JOSE, 243, CENTRO, DIAMANTE-PB, doravante denominado **CONVENENTE**, resolvem firmar o presente **CONVÊNIO**, através do presente processo administrativo de nº 0004947-6/2015, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O presente Convênio tem por objetivo estabelecer um regime de mútua cooperação, visando à suplementação do fornecimento de alimentação escolar na EEEFM PROFESSORA ADILINA DE SOUZA DINIZ, em decorrência do Programa do Ensino Médio Inovador – PROEMI, em Tempo Integral, conforme previsto no Plano de Trabalho em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

2.1 - Para cumprimento do objeto do presente Convênio, a **CONVENENTE**, EEEFM PROFESSORA ADILINA DE SOUZA DINIZ, utilizará a importância total de **R\$ 41.000,00 (QUARENTA E UM MIL REAIS)**, com recursos provenientes da Dotação Orçamentária cuja Classificação Funcional Programática é a seguinte 22101.12.361.5036.2758.0000.0000287.33503000.11200 – (R.O. 00027), no valor de **R\$ 41.000,00 (QUARENTA E UM MIL REAIS)**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO





3.1 - O Cronograma de Desembolso da importância referida na Cláusula anterior ocorrerá com o desembolso do valor total descrito na Cláusula em parcelas contadas a partir da data de publicação do presente à dezembro do corrente ano.

CLÁUSULA QUARTA – DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 - CONVENIENTES se obriga a aplicar os recursos definidos na Cláusula Segunda obrigatoriamente no objeto do presente Convênio e em consonância com o estabelecido no Plano de Trabalho, que faz parte integrante do presente Convênio.

4.2 - A CONVENIENTE se obriga a aplicar os recursos definidos neste Ajuste da forma a seguir:

I - Depositar os recursos em conta específica, admitindo-se saques para pagamentos estabelecido no plano de trabalho através de cheque nominal, ou ordem bancária, ou para aplicação no mercado financeiro;

II - Os recursos transferidos enquanto não empregados na sua finalidade serão obrigatoriamente aplicados;

a) Em Caderneta de Poupança de instituição financeira oficial, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês;

b) Em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES

5.1 - A CONVENIENTE compete:

I – Fornecimento de Alimentação Escolar para os alunos do “Programa do Ensino Médio Inovador em Tempo Integral” que assistem aula na sede da(o) **EEEFM PROFESSORA ADILINA DE SOUZA DINIZ**;

II – Observar, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, sendo inadmissível o fracionamento de despesa para fugir ao procedimento administrativo da licitação;

III – Depositar os recursos em conta específica, contendo o número do Convênio e os nomes das partes convenientes, aplicando-os, enquanto não utilizados, das seguintes formas:

a) Obrigatoriamente, em Caderneta de Poupança de instituição financeira oficial ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês;

b) Operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos verificar-se em prazos menores que um mês;

IV – Aplicar, exclusivamente no objeto deste Convênio, os rendimentos financeiros auferidos das aplicações descritas no item anterior, fazendo parte da prestação de contas do ajuste em demonstrativo específico;

V – Efetuar pagamentos acima de R\$ 50,00 (cinquenta reais) somente por meio de cheque nominal;

VI – Proceder à comprovação da despesa mediante apresentação de recibo de quitação e da documentação, quando for o caso;

5.2 - A CONCEDENTE compete:

I – Repassar os recursos para a suplementação no fornecimento da alimentação escolar destinada a atender aos alunos do “Programa do Ensino Médio Inovador em Tempo Integral” que estudam na EEEFM PROFESSORA ADILINA DE SOUZA DINIZ no município de DIAMANTE;

II - Transferir os recursos definidos de acordo com a Cláusula Segunda;

III – A prerrogativa de conservar a autoridade normativa e exercer controle e fiscalização sobre a execução bem como assumir ou transferir a responsabilidade pelo mesmo, no caso de paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer, de modo a evitar a descontinuidade do objeto do Convênio.

CLÁUSULA SEXTA – DAS VEDAÇÕES

6.1 - É expressamente vedado (a):

I – A realização de despesas com gratificações, consultorias, assistência técnica ou qualquer espécie de remuneração adicional a servidor que pertença aos quadros de órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal;

II – O aditamento de alteração do objeto ou das metas;

III – A realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;

IV – A atribuição de vigência ou de efeitos financeiros retroativos;

V – A realização de despesas com taxas bancárias, com multa, juros ou correção monetária, eferente a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo;

VI – Realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social e que não constem nomes símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal ou autoridades ou servidores públicos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS



7.1 - Fica o CONVENIENTE obrigado a prestar contas da correta aplicação dos recursos à gerência de Planejamento, Orçamento e Finanças (GPOF) da CONCEDENTE, no prazo de 30 (trinta) dias, após o encerramento da vigência deste Convênio, instituindo-a com os seguintes documentos:

I – Plano de Trabalho – Anexo I;

II – Cópia do Termo de Convênio ou Termo Simplificado de Convênio, com a indicação da data de sua publicação – Anexo II;

III – Relatório de Execução Físico-Financeira – Anexo III

IV – Demonstrativo de Execução da receita e Despesa, evidenciando os recursos recebidos em transferência, os rendimentos auferidos da aplicação dos recursos no mercado financeiro, quando o caso, e os saldos – Anexo IV;

V – Relação de pagamentos – Anexo V

VI – Relação dos produtos adquiridos com os recursos financeiros repassado pelo Governo do Estado – Anexo VI;

VII – Extrato da conta bancária específica do período do recebimento de cada uma das parcelas repassadas e a conciliação bancária, quando for o caso;

VIII – Comprovante de recolhimento do saldo de recursos a conta corrente indicada pelo CONCEDENTE ou DAR quando recolhido ao tesouro Estadual;

IX – Cópia do despacho adjudicatório e homologação das licitações realizadas ou justificativas para sua dispensa ou inexigibilidade, com o respectivo embasamento legal, quando o CONVENIENTE, pertencer à Administração Pública.

7.2 - A ausência de prestação de contas parcelas ou final importará na inadimplência do CONVENIENTE com a consequente inclusão do nome no Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI.

CLÁUSULA OITAVA – DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

8.1 - Será instaurada a competente Tomada de Contas Especial, visando a apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano, pelos órgãos encarregados da contabilidade analítica do CONCEDENTE, por solicitação do respectivo ordenador de despesas, por determinação do Controle Interno ou pelo TCE/PB, quando:

I – Não for apresentada a prestação de contas no prazo de até 30 (trinta) dias concedidos em notificação pelo CONCEDENTE;

II – Não for aprovada a prestação de contas, apesar de eventuais justificativas apresentadas pelos CONVENIENTES, em decorrência de:



- a) Não execução total do objeto pactuado;
- b) Atingimento parcial dos objetivos avançados;
- c) Desvio de finalidade;
- d) Impugnação de despesas;
- e) Não aplicação de rendimentos de aplicações financeiras no objeto pactuado.

III – Ocorrer qualquer outro fato do qual resulte prejuízo ao erário.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

9.1 - O presente Convênio terá vigência a partir da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2015, como prazo para execução e até 30 (trinta) dias contados da data do término da vigência, para apresentação da prestação de contas final.

9.2 - O presente Instrumento poderá ser prorrogado, desde que devidamente justificado e manifestado o interesse público, mediante a celebração de Termo Aditivo.

9.3 - A CONCEDENTE prorrogará de ofício, a vigência do Convênio, quando houver atraso na liberação dos recursos, limitada à prorrogação ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICAÇÃO

10.1 - A CONCEDENTE fará obrigatoriamente, a publicação do resumo deste termo no Diário Oficial do Estado até o 5º Dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo máximo de 20 (vinte) dias daquela data, em cumprimento à Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA AÇÃO PROMOCIONAL

11.1 - Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do presente Convênio de Cooperação será obrigatoriamente destacada a participação das partes convenentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

12.1 - O presente Convênio poderá ser rescindido ou denunciado, formal e expressamente, a qualquer momento, ficando os partícipes responsáveis pelas obrigações decorrentes do tempo de vigência e creditando-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período.

12.2 - Constitui motivo para rescisão deste Convênio o inadimplemento de qualquer de suas cláusulas, particularmente, quando da constatação das seguintes condições:



I – Utilização dos recursos em desacordo com o seu objeto;

II – Falta de apresentação dos relatórios de execução e de prestação de contas nos prazos estabelecidos.

12.3 - Este Convênio também poderá ser rescindido, a critério da CONCEDENTE, por motivo de interesse público, caso sofra alguma restrição.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1 - Fica eleito o Foro da cidade de DIAMANTE, estado da Paraíba, para dirimir quaisquer dúvidas, que decorrem da execução do presente instrumento, renunciando-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que ficou estipulado, lavrou-se o presente Termo em 03 (três) vias que depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes Convenientes, e pela testemunhas abaixo.

João Pessoa, 15 de MAIO de 2015.

Aléssio Trindade de Barros
ALÉSSIO TRINDADE DE BARROS
Secretário de Estado da Educação

Secretaria Executiva de Administração de
Suprimentos e Logística de Educação

Jose Geraldo Ferreira Mendes
JOSE GERALDO FERREIRA MENDES
Presidente do Conselho Escolar

TESTEMUNHAS:

1) Nome: _____ CPF _____

2) Nome: _____ CPF _____

CONSIDERANDO que as situações dos cargos do GTA não se enquadram na hipótese prevista no § 11, do art. 62, da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar os servidores descritos abaixo para o efetivo exercício no Grupamento Tático Aéreo – GTA

- a) 1º-Ten. QOC - Igor Campos de Melo Silva - mat. 522.890-5.
 b) 2º-Ten. BM - Jardel Batista Silva Araújo - mat. 525.957-6.
 c) Sub-Ten QPC - Jose Alves de Moraes - mat. 515.445-6.
 d) 1º-Sagt. BM - Yuri Soares Loss - mat. 520.957-9.
 e) 2º Sagt QPC - Jose Teles de Carvalho Filho - mat. 518.204-2.
 f) 2º Sagt GMR - Rubens Felix da Costa - mat. 526.646-6.
 g) 2º Sagt GMR - Almir Alberto de Castro - mat. 526.977-3.
 h) 3º Sagt QJPM - Ivan Francisco de Moraes - mat. 526.650-9.
 i) 3º Sagt QPC - Jailson Matias Moraes - mat. 525.208-3.
 j) CB QPC - Wesley de Lima Gallindo - mat. 521.420-3.
 k) CB QPC - Tareyanno Santos Araujo - mat. 521.797-1.
 l) SD QPC - Julio Antonio A. da Fonseca - mat. 524.015-8

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

PAULO CRISTIANO LIMA
Secretário

PORTARIA Nº 18/SESDS

Em 06 de fevereiro de 2015

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 016/2015/SESDS, e de acordo com a Lei nº 10.338 de 02 de julho de 2014,

RESOLVE designar os Policiais Cíveis, abaixo relacionados, para chefiar os Núcleos de Inteligência Especializados, descritos a seguir:

| Matrícula | Servidor | Cargo | Núcleo |
|-----------|-----------------------------------|------------------------|---|
| 156.459-5 | Antônio da Conceição Moraes | Agente de Investigação | Núcleo de Combate ao Crime Organizado e Operações Especiais |
| 156.536-2 | Marcos Antonio da Silva | Agente de Investigação | Núcleo de Repressão a Entorpecentes |
| 157.341-1 | Marcos Costa Laci Guedes | Agente de Investigação | Núcleo de Combate a Crimes contra a Pessoa |
| 155.331-3 | André Luiz Alves dos Santos | Escrivão de Polícia | Núcleo de Combate a Crimes contra o Patrimônio |
| 155.276-7 | André Luiz Almeida Dantas | Escrivão de Polícia | Núcleo na 2ª Região Integrada de Segurança Pública - REISP |
| 168.533-3 | Francisco Fabio dos Santos Guedes | Agente de Investigação | Núcleo na 3ª Região Integrada de Segurança Pública - REISP |

PORTARIA Nº 19/SESDS

Em 06 de fevereiro de 2015

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 016/2015/SESDS, e de acordo com a Lei nº 10.338 de 02 de julho de 2014,

RESOLVE designar os Policiais Cíveis, abaixo relacionados, para chefiar as Unidades de Inteligência Policial – UNINTEPOL, descritas a seguir:

| Matrícula | Servidor | Cargo | Unidade |
|-----------|---------------------------------------|------------------------|--|
| 156.899-0 | Agencir José Guimarães Júnior | Agente de Investigação | Unidade de Operações de Inteligência |
| 096.930-3 | Lucasmar Augusto da Oliveira Carvalho | Agente de Investigação | Unidade de Contra-Inteligência |
| 156.564-8 | Luiz Carlos Menezes de Melo | Agente de Investigação | Unidade de Busca Eletrônica, Acompanhamento de Crimes de Alta Tecnologia e Análise de Sinais |
| 129.650-7 | Paula Maria Rodrigues de Sousa | Agente de Investigação | Unidade de Gerenciamento Administrativo |

Jean Francisco Bezerra Nunes
Secretário Executivo

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN/PB

PORTARIA Nº 059/2015/DS

João Pessoa, 06 de fevereiro de 2015.

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN/PB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 9º, I, da Lei nº 3.848 de 15.06.76, combinado com o Decreto nº 7.065, de 08.10.76, modificado pelo Artigo nº 24 do Decreto Estadual nº 7.960, de 07 de março de 1979.

Considerando o pedido constante no processo nº 00016.000706/2015-0, de reconsideração, formulado pelo Sindicato das Empresas de CFC no Estado da Paraíba, da decisão que indeferiu o pedido de recredenciamento de alguns dos seus associados, insere na Portaria nº 644/2014/DS;

Considerando que os motivos ensejadores do indeferimento do recredenciamento dos Centros de Formação de Condutores abaixo relacionados foram supridos com a apresentação dos documentos exigidos pela legislação e colacionados nos respectivos processos administrativos, consoante parecer da Comissão de Recredenciamento e da Comissão de Fiscalização dos CFCs.

RESOLVE:

I – DEFERIR o pedido de recredenciamento dos Centros de Formação de Condutores adiante elencados, com base no Edital nº 001/2013 e Portaria nº 590/2013/DS.

| Nº | CFC | CNPJ |
|----|----------------------------------|--------------------|
| 01 | Auto Escola Livramento LTDA | 10.443.405/0001-58 |
| 02 | Auto Escola Cristo Rei | 08.678.587/0001-02 |
| 03 | Auto Escola Santo Espéssido LTDA | 09.324.110/0001-83 |
| 04 | Rodar Auto Escola LTDA | 10.806.054/0001-00 |

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA/DETRAN/DS Nº 060

João Pessoa, 06 de fevereiro de 2015.

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO-DETRAN/PB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 9º, I, da Lei nº 3.848 de 15.06.76, combinado com o Decreto nº 7.065, de 08.10.76, modificado pelo Artigo nº 24, do Decreto Estadual nº 7.960, de 07 de março de 1979;

Considerando o que consta no Processo Administrativo nº 00016.028057/2014-6, consoante parecer da Assessoria Jurídica deste Departamento;

RESOLVE:

I – Remover, a pedido, a servidora Greyci Hellen Santos, matrícula nº 4262-5, Agente de Vistoria, lotada na Sede deste Departamento, para desenvolver suas atividades na 1ª CIRETRAN, localizada no município de Campina Grande – PB

II – Remeta-se à Divisão de Recursos Humanos para as devidas anotações

III – A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação

PORTARIA/DETRAN/DS Nº 061

João Pessoa, 06 de fevereiro de 2015.

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO-DETRAN/PB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 9º, I, da Lei nº 3.848 de 15.06.76, combinado com o Decreto nº 7.065, de 08.10.76, modificado pelo Artigo nº 24, do Decreto Estadual nº 7.960, de 07 de março de 1979;

RESOLVE:

I – Revogar a Portaria nº 647/2014/DS, publicada no Diário Oficial do Estado, edição do dia 31/12/2014.

II – A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Portaria nº 063/2015/DS

João Pessoa, 06 de fevereiro de 2015.

O DIRETOR SUPERINTENDENTE DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO - DETRAN/PB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 9º, I, da Lei nº 3.848 de 15.06.76, combinado com o Decreto nº 7.065, de 08.10.76, modificado pelo Artigo nº 24 do Decreto Estadual nº 7.960, de 07 de março de 1979.

Considerando a necessidade de dar prosseguimento as atribuições inerentes a Divisão de Registro de Veículos e consequente agilidade no fluxo de processos nas audiências e impelimentos do titular,

RESOLVE:

I – Atribuir poderes ao servidor Marcos Artur Franklin Fernandes, matrícula 1512-1, para, cumulativamente, responder pelo expediente da Divisão de Registro de Veículos nos casos de ausência ou impedimento do seu titular, até ulterior deliberação.

II – Revogar a Portaria nº 430/2014/DS.

III – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Arlindo Chaves Sousa
Diretor Superintendente

Secretaria de Estado da Educação

Portaria nº 065

João Pessoa, 05 de fevereiro de 2015

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições legais, RESOLVE designar os servidores abaixo relacionados, sob a presidência do primeiro, para constituírem Comissão para seleção de alunos para o Período 2015.1 no 1º ano dos cursos Técnico em Agronegócio e Técnico em Manutenção e Suporte de Informática na Escola Técnica Estadual do Vale do Mamanguape – João da Mata Cavalcante de Albuquerque, na município de Mamanguape

| NOME | MATRÍCULA |
|-------------------------------------|-----------------------------|
| GERAILTON SANTOS DA SILVA | 176.937-5 (Presidente) |
| JEFFERSON ADRIELIO FERREIRA E SILVA | 177.487-5 (Vice-presidente) |
| JOCELINO COELHO DE OLIVEIRA | 176.737-2 (Membro) |
| GENILDA PEREIRA DA SILVA FERREIRA | 179.866-9 (Membro) |

Portaria nº 066

João Pessoa, 05 de janeiro de 2015.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, usando das atribuições que lhe confere o Art. 89, Parágrafo único, da Constituição do Estado da Paraíba,

RESOLVE:

Art. 1º - Delegar, sem prejuízo da reserva de iguais poderes para o Titular da Pasta, competência ao Secretário Executivo de Administração e Logística da Educação para a prática dos seguintes atos:

I – autorizar, como ordenador de despesas, a emissão de notas de empenho e sua anulação, ordem de saque, notas de provisão, ordens bancárias, cheques e demais documentos relativos à realização de despesas e execução do documento;

II – autorizar o deslocamento de servidores desta Secretaria, no interesse do serviço, a concessão e o pagamento de diárias;

III – assinar contratos para prestação de serviços e assistência técnica, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres, que dizem respeito à administração interna da Secretaria de Estado da Educação;

IV – assinar, sem prejuízo de avocação de competência institucional do Titular da Pasta, os atos relativos a:

- a) remoção e transferência de servidores lotados nesta Secretaria,
 b) designação de servidores para o exercício e suas funções;
 c) designação de servidores para integrar grupo de trabalho e comissões.

V – autorizar a abertura de processos licitatórios e promover a respectiva homologação, em qualquer modalidade;

VI – determinar a instauração de sindicância ou abertura de processo administrativo disciplinar;

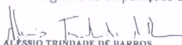
VII – autorizar e acompanhar a execução de todos os contratos, acordos, convênios,

ajustes, termos de compromisso, termos de cessão e outros instrumentos correspondentes celebrados pela Pasta, responsabilizando-se pela fiel aplicação dos recursos e do cumprimento das normas legais atinentes à espécie, incluindo a prestação de contas;

VIII – analisar, mensalmente, relatórios das atividades da Secretaria elaborados pelas Gerências da Secretaria.

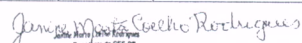
Parágrafo Único Fica designado o Secretário Executivo de Administração de Suprimentos e Logística da Educação como substituto do Titular da Pasta em suas ausências e impedimentos.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 05 de janeiro de 2015, ficando revogadas as disposições em contrário.


ALÍPIO TRINDADE DE BARROS
Secretário de Estado de Educação

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
Ementas das Resoluções Aprovadas pelo CEE

| Data de Aprovação | Processo | Resolução | Ementa |
|-------------------|----------------|-----------|--|
| 09/10/2014 | 0034714-1/2014 | 318/2014 | AUTORIZAÇÃO EM CARÁTER EXCEPCIONAL, PELO PRAZO DE SEIS MESES, PARA O FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL, NO INSTITUTO EDUCACIONAL COLMÉIA, LOCALIZADO NA RUA JOÃO PEDRO DA SILVA, Nº 07, BEIRA RIO, SÃO BENTO - PB, MANTIDO POR RAQUEL RAFAELI CARNEIRO DIAS - ME - CNPJ 16.365.993/0001-35. |
| 09/10/2014 | 0034714-1/2014 | 329/2014 | AUTORIZAÇÃO EM CARÁTER EXCEPCIONAL, PELO PRAZO DE SEIS MESES, PARA O FUNCIONAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL, DO 1º AO 5º ANO, NO INSTITUTO EDUCACIONAL COLMÉIA, LOCALIZADO NA RUA JOÃO PEDRO DA SILVA, Nº 07, BEIRA RIO, SÃO BENTO - PB, MANTIDO POR RAQUEL RAFAELI CARNEIRO DIAS - ME - CNPJ 16.365.993/0001-35. |
| 29/01/2015 | 0032767-7/2014 | 017/2015 | AUTORIZA O FUNCIONAMENTO DO CURSO TÉCNICO EM EVENTOS, NA UNEPI LOCALIZADA NA RUA HILDEBRANDO TOURINHO, 177 - MIRAMAR, NA CIDADE DE JOÃO PESSOA - PB, MANTIDA PELA UNEPI - UNIÃO DE ENSINO E PESQUISA INTEGRADA LTDA - ME - CNPJ 07.134.096/0001-20. |
| 29/01/2015 | 0032768-8/2014 | 018/2015 | AUTORIZA O FUNCIONAMENTO DO CURSO TÉCNICO EM MEIO AMBIENTE, NA UNEPI LOCALIZADA NA RUA HILDEBRANDO TOURINHO, 177 - MIRAMAR, NA CIDADE DE JOÃO PESSOA - PB, MANTIDA PELA UNEPI - UNIÃO DE ENSINO E PESQUISA INTEGRADA LTDA - ME - CNPJ 07.134.096/0001-20. |
| 29/01/2015 | 0032761-1/2014 | 019/2015 | AUTORIZA O FUNCIONAMENTO DO CURSO TÉCNICO EM SERVIÇO DE RESTAURANTE E BAR, NA UNEPI LOCALIZADA NA RUA HILDEBRANDO TOURINHO, 177 - MIRAMAR, NA CIDADE DE JOÃO PESSOA - PB, MANTIDA PELA UNEPI - UNIÃO DE ENSINO E PESQUISA INTEGRADA LTDA - ME - CNPJ 07.134.096/0001-20. |
| 29/01/2015 | 0032737-8/2014 | 020/2015 | AUTORIZA O FUNCIONAMENTO DO CURSO TÉCNICO EM AGROINDÚSTRIA, NA UNEPI LOCALIZADA NA RUA HILDEBRANDO TOURINHO, 177 - MIRAMAR, NA CIDADE DE JOÃO PESSOA - PB, MANTIDA PELA UNEPI - UNIÃO DE ENSINO E PESQUISA INTEGRADA LTDA - ME - CNPJ 07.134.096/0001-20. |
| 29/01/2015 | 0032668-7/2014 | 021/2015 | AUTORIZA O FUNCIONAMENTO DO CURSO TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO, NA UNEPI LOCALIZADA NA RUA HILDEBRANDO TOURINHO, 177 - MIRAMAR, NA CIDADE DE JOÃO PESSOA - PB, MANTIDA PELA UNEPI - UNIÃO DE ENSINO E PESQUISA INTEGRADA LTDA - ME - CNPJ 07.134.096/0001-20. |
| 29/01/2015 | 0032758-7/2014 | 022/2015 | AUTORIZA O FUNCIONAMENTO DO CURSO TÉCNICO EM ESTÉTICA, NA UNEPI LOCALIZADA NA RUA HILDEBRANDO TOURINHO, 177 - MIRAMAR, NA CIDADE DE JOÃO PESSOA - PB, MANTIDA PELA UNEPI - UNIÃO DE ENSINO E PESQUISA INTEGRADA LTDA - ME - CNPJ 07.134.096/0001-20. |


Janio Martins Coelho Rodrigues
Presidente do CEE/PB

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB

PORTARIA/UEPB/GR/0020/2015

O Reitor da UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 46, inciso X, do Estatuto da Instituição,

RESOLVE:

Exonerar ALESSANDRA TEIXEIRA, matrícula n.º. 1.22432-8, lotado(a) no(a) Departamento de Farmácia, do(a) Centro de Ciências Biológicas e da Saúde - CCBS, do cargo em comissão de CHEFE DE DEPARTAMENTO, símbolo NDC-2, do(a) Departamento de Farmácia, a partir do dia 19 de dezembro de 2014, de acordo com o processo n.º 11.528/2014.

Registros e publicações necessários.

Campina Grande - PB, 03 de fevereiro de 2015.

PORTARIA/UEPB/GR/0021/2015

O Reitor da UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 46, inciso X, do Estatuto da Instituição,

RESOLVE:

Nomear ALESSANDRA TEIXEIRA, matrícula n.º. 1.22432-8, lotado(a) no(a) Departamento de Farmácia do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde - CCBS, para exercer o cargo

de DIRETOR ADJUNTO DE CENTRO, símbolo NDC-2, do(a) Centro de Ciências Biológicas e da Saúde - CCBS, a partir de 19 de dezembro de 2014, de acordo com o processo n.º 11.528/2014.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Campina Grande - PB, 03 de fevereiro de 2015


Prof. Antonio Cukery Rangel Junior
Reitor

Secretaria de Estado da Administração

ESCOLA DE SERVIÇO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA - ESPEP

PORTARIA Nº 001/2015

O SUPERINTENDENTE DA ESCOLA DE SERVIÇO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA - ESPEP, no uso das atribuições que lhe confere o Art.º 19, item III do Decreto Estadual nº 10.762, datado de 09 de julho de 1985 e considerando a Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, em seu Artigo 51.

R E S O L V E:

Art. 1º - DESIGNAR os servidores PAULO SÉRGIO RODRIGUES DA SILVA, matrícula nº 182.787-, EDMILSON BATISTA DOS SANTOS, matrícula nº 68.794-4 e TEREZA CRISTINA DE BRITO, matrícula nº 89.458-3, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Recebimento de Bens, Materiais e Serviços da Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba - ESPEP e do Fundo Especial de Desenvolvimento de Recursos Humanos - FDRH.

Art. 2º - Esta portaria tem vigência de 01 (um) ano, a contar da data de sua publicação. João Pessoa, 06 de fevereiro de 2015

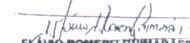
PORTARIA Nº 002/2015

A SUPERINTENDENTE DA ESCOLA DE SERVIÇO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA - ESPEP, no uso das atribuições que lhe confere o Art.º 19, item III do Decreto Estadual nº 10.762, datado de 09 de julho de 1985 e considerando a Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993, em seu Artigo 51.

R E S O L V E:

Art. 1º - DESIGNAR os servidores, GUILHARDO CÉSAR GOMES DE ALMEIDA, matrícula nº 178.180-4, ELIANE GALDINO DA SILVA, matrícula nº 93.360-1 e JOENILTON SATURNINO CAZÉ DA SILVA, matrícula nº 178.710-1, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO da Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba - ESPEP.

Art. 2º - Esta portaria tem vigência de 01 (um) ano, a contar da data de sua publicação. João Pessoa, 06 de fevereiro de 2015


FLÁVIO ROMERO GUIMARÃES
Superintendente

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano

FUNDAÇÃO DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE 'ALICE DE ALMEIDA' - FUNDAC

PORTARIA Nº 14/2015- GP.

João Pessoa, 03 de fevereiro de 2015.

A Presidente da Fundação Desenvolvimento da Criança e do Adolescente 'Alice de Almeida' - FUNDAC, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei 3.815 de 25 de novembro de 1975, combinada com a Lei 6.060, de 13 de junho de 1995,

R E S O L V E:

NOMEAR, Francisco Clementino de Souza, para exercer o cargo em comissão de Gerente de Execução, símbolo CCS 6 - FUNDAC, da estrutura organizacional desta Fundação, a partir desta data até ulterior deliberação.

Revogadas as disposições em contrário. PUBLIQUE-SE


SANDRA MARROCÓS
Presidente da FUNDAC

PBPREV - Paraíba Previdência

GABINETE DA PRESIDÊNCIA PORTARIA " P " Nº. 127

O Presidente da PBPREV - Paraíba Previdência, no uso de suas atribuições, conferidas pelo art. 11, II da Lei nº 7.517, de 30 de dezembro de 2003 e de acordo com o Processo nº. 4102-11,

RESOLVE

Retificar a Portaria - P - Nº. 227, publicada no D O E em 15/05/2011, a qual passará a ter a seguinte redação:

Conceder PENSÃO VITALÍCIA a MARIA DA PENHA PEREIRA DA SILVA.

| | |
|---|--|
| <p>Ato Governamental nº 0060</p> <p>O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e de acordo com artigo 33, inciso II, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003,</p> <p>RESOLVE exonerar, a pedido, GILMA VASCONCELOS DA SILVA GERMANO, matrícula nº 180.892-3, do cargo em comissão de Secretário de Estado da Interiorização da Ação do Governo. Símbolo CDS-1.</p> <p>Ato Governamental nº 0061</p> <p>O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso I, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no art. 9º, inciso II, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003, na Lei nº 8.186, de 16 de março de 2007, e na Medida Provisória nº 160, de 01 de janeiro de 2011,</p> <p>RESOLVE nomear GILMA VASCONCELOS DA SILVA GERMANO, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Secretário Executivo da Secretaria de Estado da Mulher e da Diversidade Humana. Símbolo CDS-2.</p> <p>Ato Governamental nº 0062</p> <p>O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe</p> | <p>João Pessoa, 02 de janeiro de 2015</p> <p>RESOLVE nomear ROZIANE MARINHO RIBEIRO, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Secretário Executivo de Gestão Pedagógica da Educação. Símbolo CDS-2.</p> <p>Ato Governamental nº 0070</p> <p>O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso I, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no art. 9º, inciso II, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003, na Lei nº 8.186, de 16 de março de 2007, e na Medida Provisória nº 230, de 02 de janeiro de 2015,</p> <p>RESOLVE nomear LUCIANE ALVES COLTINHO, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Secretário Executivo de Administração de Suprimentos e Logística de Educação. Símbolo CDS-2.</p> <p>Ato Governamental nº 0071</p> <p>O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 86, inciso XX, da Constituição do Estado, e de acordo com artigo 33, inciso II, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003,</p> <p>RESOLVE exonerar, a pedido, FLAVIO ROMERO GUIMARAES, matrícula nº 180.241-1, do cargo em comissão de Secretário Executivo da Secretaria de Estado da Educação. Símbolo CDS-1.</p> |
| <p>Ato Governamental nº 0047</p> <p>João Pessoa, 02 de janeiro de 2015</p> | <p>João Pessoa, 02 de janeiro de 2015</p> <p>O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA</p> |

provisão em comissão de Secretário de Estado do Desenvolvimento e da Articulação Municipal. Símbolo CDS-1.

Lei nº 11.000, de 11 de maio de 2005, que altera o artigo 33, inciso II, da Lei Complementar nº 58, de 30 de dezembro de 2003, para que o cargo de Secretário Executivo de Gestão Pedagógica da Educação seja exercido por profissional de nível superior em Pedagogia. Símbolo CDS-2.